

## NOVAS TECNOLOGIAS: COMUNICAÇÃO E CONSTITUINTE

*José Salomão David Amorim \**

O panorama da comunicação social no Brasil tem sido marcado nos últimos anos pela presença cada vez maior das novas tecnologias de comunicação derivadas dos avanços da informática e da eletrônica. A importância dessas novas tecnologias de comunicação — que aqui chamaremos de NTC — não poderá ser ignorada na próxima Constituição. Em primeiro lugar, porque elas têm uma série de conseqüências sobre a comunicação social. Esta, por sua vez, deverá ter um caráter profundamente democrático se quisermos implantar no país uma democracia moderna, participativa e de massas, superando os limites das propostas liberais de democracia restrita a elites. Em segundo lugar, porque, como observa Arthur Pereira Nunes, a ciência e a tecnologia não podem ficar à margem das preocupações dos constituintes, como aconteceu no passado (Nunes, 1985: 1). O Brasil alcançou um grau de desenvolvimento em que a ciência e a tecnologia se tornaram componentes essenciais permeando múltiplos setores de atividades. A ciência e a tecnologia são fatores-chave para o desenvolvimento, cabendo destacar os setores de ponta da informática e da eletrônica dos quais derivam as NTC. O propósito deste trabalho é analisar alguns dos desafios colocados pelas NTC à criação de um sistema de comunicação social democrático e de sugerir tópicos e medidas que deverão ser objeto de atenção na Constituinte se quisermos garantir, em nível legal, a democratização da comunicação social.

---

\* Jornalista e professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília.

## A COMUNICAÇÃO ANTIDEMOCRÁTICA

Diversos documentos que analisam e propõem medidas para o aperfeiçoamento do sistema de comunicação social no Brasil identificam nele características profundamente antidemocráticas<sup>1</sup>.

Entre os aspectos negativos, destaca-se a falta de acesso da maior parte dos setores da sociedade às estruturas de produção e de transmissão. Um exemplo paradigmático é o do cinema. O Brasil possui uma indústria cinematográfica desenvolvida, dispondo de pessoal técnico, equipamentos e laboratórios e de um alto potencial criativo, reafirmado inúmeras vezes pelas premiações em festivais internacionais. O cinema é, todavia, uma indústria em crise pela concorrência da televisão, que vem ocasionando o fechamento de centenas de salas de exibição e diminuição do público nos últimos anos. A saída para a crise está no acesso do cinema à televisão até hoje praticamente vedado, o que permitiria uma fantástica ampliação da audiência já que a televisão alcança setenta por cento dos brasileiros. Decorre daí que um setor importante da cultura brasileira, dos intelectuais e artistas, fica impedido de levar à população sua contribuição estética e sua maneira de ver e interpretar a realidade. A questão aumenta de gravidade quando se sabe que, por um lado, o caso do cinema é apenas um entre muitos e, por outro, a televisão é o veículo por excelência de transmissão de cultura no país. A televisão foi, por uma atitude deliberada durante o regime autoritário, e continua a ser hoje o veículo por onde passa o projeto cultural das elites brasileiras.

Outro aspecto negativo é a desigualdade na distribuição de mensagens. Quando se examina as estatísticas verifica-se que, tal como ocorre com a distribuição de renda, a distribuição de mensagens é profundamente desigual em termos de classes e regiões (Amorim, 1984). Estudos a respeito revelam que as elites brasileiras têm uma dieta informativa e cultural tão boa ou melhor do que as elites de países industrialmente avançados, enquanto a maior parte da população sobrevive com uma dieta em muitos casos no limite da pobreza absoluta.

Um terceiro aspecto negativo diz respeito à participação na tomada de decisões sobre políticas de comunicação, em nível do governo e das empresas. As grandes decisões sobre políticas de comunicação são tomadas sem a participação dos vários setores da sociedade. Isto ocorre na área de telecomunicações e de comunicação social. Ocorreu quando se decidiu implantar a televisão em cores, lançar um satélite ou quando se decide sobre distribuição de verbas publicitárias

---

1. Amorim, José Salomão D. *Comunicação e Transição no Brasil: Propostas de Mudanças de Políticas de Comunicação — Estado, Cidadania e Movimentos Sociais. Sociedade e Estado*, vol. 1, nº 1 — Editora Universidade de Brasília, 1986.

a meios de comunicação, sobre outorga de concessões para exploração do serviço de radiodifusão e sobre introdução de novas tecnologias de comunicação. Estes são exemplos de medidas que têm profunda repercussão social e econômica e, por isto, precisam ser debatidas e decididas com ampla participação.

## EXIGÊNCIAS DE UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Esta situação gera desconforto e insatisfação entre diversos grupos de intelectuais, artistas, jornalistas, advogados, trabalhadores e setores da Igreja que lutam através de suas entidades por mudanças na comunicação social. Sua ação tende a crescer e se integrar, assumindo formas diversas entre as quais uma, por sua importância e heterodoxia, merece destaque: o movimento de rádios alternativas. No momento, dezenas de experiências de rádios alternativas — também chamadas livres ou “piratas” — se desenvolvem no país sob o patrocínio de movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e grupos de jovens. Com o barateamento das tecnologias de comunicação e a popularização de conhecimentos neste campo, o problema de fabricar um transmissor de rádio é relativamente simples. Diante da insensibilidade do Governo da Nova República para com a questão da comunicação social, setor em que tudo se manteve igual ao passado, havendo em alguns casos até mesmo retrocesso, a desobediência civil foi o caminho encontrado para forçar as reformas na radiodifusão. As rádios livres funcionam sem licença governamental, da qual necessitam sob a forma de outorga de concessão para atuarem legalmente. Elas expressam o desejo de uma reforma agrária no ar onde, como na terra, a propriedade está grandemente concentrada.

Mas quais serão os requisitos para a existência de um sistema de comunicação social democrático? Segundo Gubern, comunicação democrática é “a capacidade efetiva de todos os cidadãos para que, individual ou coletivamente, possam ser produtores, difusores e destinatários de mensagens comunicativas sem restrição” (Gubern, 1982). Da definição extraem-se os seguintes elementos fundamentais: o acesso sem restrições das pessoas e instituições geradoras de acontecimentos e informações de interesse da sociedade aos meios de comunicação; o acesso dos diversos setores sociais às estruturas de produção e transmissão de mensagens; e a garantia de oportunidades iguais de acesso às mensagens culturais e informativas a todos os setores da sociedade. A estas condições se soma uma quarta — o controle da sociedade sobre as políticas de comunicação — de acordo com o entendimento dos jornalistas brasileiros (2).

---

2. Resoluções do Encontro Nacional dos Jornalistas sobre “A Comunicação na Constituinte” — Brasília — 17 a 21 de abril de 1986.

## NTC E IMPRENSA NO BRASIL

Vários jornais e revistas marcham num processo firme de incorporação de NTC nos últimos anos. A *Gazeta Mercantil* adotou uma tecnologia baseada no raio *laser* para imprimir as edições do jornal que circulam em várias cidades. Esta tecnologia permite a "leitura" da página do jornal diagramada em São Paulo e sua transmissão para outra cidade onde é captada em sua forma original. O processo poupa tempo e diminui custos. A *Folha de S. Paulo* está operando com terminais de vídeo ligados a um sistema de computadores. Os terminais de vídeo substituem a máquina de escrever e o papel com vantagem, simplificando a operação de escrever e corrigir o texto. Outros jornais e revistas, como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Veja* estão automatizando suas redações, na esteira de um processo que se expande, agora, para além do eixo Rio-São Paulo. Assim, o *Correio Braziliense*, em Brasília, e *Zero Hora*, em Porto Alegre, planejam entrar rapidamente na era da redação eletrônica e, há alguns meses, foi inaugurado em Florianópolis o *Diário Catarinense* que tem sua redação informatizada.

A informatização das redações completa o ciclo da automação nas empresas jornalísticas, iniciado pelos setores de administração e de produção industrial (oficinas). Depois da automação dos processos da gestão, de composição e impressão, avança-se agora para a automação do processo de produção da informação. Neste terreno não há qualquer coisa que não possa ser feito pela máquina, exceto, evidentemente, as operações de levantamento de dados e de sua interpretação nas quais a máquina não substitui o jornalista. E aqui reside uma diferença essencial do trabalho do jornalista comparado ao de um trabalhador manual, cujas tarefas são exclusivamente de natureza mecânica. Mas, com exceção das tarefas atrás mencionadas, as NTC podem executar as demais tarefas desenvolvidas na redação, como seleção de matérias, diagramação, estocagem, processamento e recuperação de informações.

Diversos fatores indicam que tende a acelerar-se o processo de incorporação das NTC pelas empresas jornalísticas. Em primeiro lugar, a concorrência com os meios audiovisuais. Neste aspecto, destaca-se a concorrência da televisão que vem causando consideráveis prejuízos à imprensa escrita. Desde que foi inaugurada no Brasil, em 1950, a participação da televisão nas verbas publicitárias não parou de crescer chegando hoje a 60 por cento, com os restantes 40 por cento divididos entre os jornais, revistas, rádio e cinema. O segundo fator é a concorrência entre os próprios meios impressos que exige o barateamento dos custos de produção e de circulação, o que envolve a redução de mão-de-obra, maior velocidade no processo de produção e melhoria dos padrões noticiosos. Tudo isto pode ser proporcionado pelas NTC.

## NTC E DEMOCRACIA: O ENFOQUE CORRETO

Há uma maneira de enfocar a questão das NTC que é necessário descartar. Parte do pressuposto de que a tecnologia é uma variável independente das variáveis sociais. Em nosso modo de ver, a tecnologia não é dotada da autonomia que se lhe quer atribuir. Ela existe no ambiente humano, em estruturas sociais. Seus efeitos, portanto, só podem ser avaliados no contexto social em que atua.

Partindo da tese autonomista, observam-se em vários setores de atividades discursos otimistas a respeito do impacto das NTC. Isto pode ser detectado no discurso de profissionais (engenheiros, educadores etc.). Também ocorre na linguagem dos meios de comunicação, onde tanto as matérias jornalísticas quanto as mensagens publicitárias exaltam os benefícios das NTC e anunciam a "revolução" que instaurará o paraíso. Esta constatação pode ser feita mediante uma análise, até mesmo superficial dos cadernos e matérias sobre informática hoje abundantes na imprensa brasileira ou de reportagens televisivas em programas como o "Fantástico, o Show da Vida", espécie de revista dominical da Rede Globo. Também a visão otimista está presente no discurso de cientistas e intelectuais. Dentre estes, Alvin Toffler talvez seja o mais conhecido pela tradução de alguns de seus livros no Brasil. Ao analisar a questão da comunicação social no mundo contemporâneo, Toffler conclui que estamos no limiar de uma nova era, marcada pela desmassificação da comunicação social (Toffler, 1984). Ele apóia sua crença no aparecimento das NTC como a TV por cabo, o videocassete, o videotexto e até os brinquedos eletrônicos. Observando as NTC ele conclui que elas oferecem possibilidades de democratizar a comunicação até agora não-existentes. Assim, a TV por cabo possui características técnicas que permitem a operação de maior número de canais do que a TV convencional, sendo seu uso adequado para pequenas comunidades. Dessa forma ela amplia o número de vozes que poderão fazer-se ouvir na sociedade, bem como "personaliza" a comunicação, atendendo a grupos sociais diversos. Isto é impossível na TV convencional que, trabalhando com grandes audiências, dirige-se a um suposto homem médio, nivela por baixo a audiência, homogeneiza as mensagens e massifica a audiência.

Tome-se agora o videocassete. Ele rompe com a unilateralidade da comunicação dos grandes meios convencionais. Seu usuário pode ser, ao mesmo tempo, receptor e emissor de mensagens. Nos meios de comunicação convencionais, um emissor transmite mensagem e o indivíduo do outro lado da linha apenas as vê. Com o videocassete, estes papéis são intercambiáveis. O usuário pode produzir, transmitir e receber mensagens. Até nos brinquedos eletrônicos, Toffler percebe características revolucionárias porque desafiam a inteligência, a imaginação e não permitem a passividade. Baseado nestas observações, Toffler anuncia a chegada da nova era da comunicação,

mais participativa, mais criativa, mais personalizada e, portanto, democrática.

Ao se observar a história, verifica-se que este tipo de retórica tecnocrática e idealista não encontra correspondência na realidade. Marike Pelinski chama a atenção para o fato de que a promessa do paraíso anunciada pelas novas tecnologias não é nova e existiu desde os primórdios da Revolução Industrial, apoiada na fé sobre o conhecimento científico positivista como o saber por excelência. Os resultados de sua aplicação, segundo ela serviram mais para ampliar a exploração e a desigualdade entre os homens do que para promover o bem-estar (Pelinski, s. d.). Na mesma linha de análise, observando o panorama contemporâneo, Valerio Fuenzallida conclui que os avanços tecnológicos, na América Latina, têm servido para fortalecer o poder de repressão de governos autoritários sobre os cidadãos. Também os avanços tecnológicos estão sendo usados pelos países desenvolvidos para aumentar seu poder de dominação sobre os países pobres (Frenzallida, 82).

#### NTC E CONSTITUINTE

Na perspectiva da Constituinte, as NTC colocam uma série de pontos que devem ser objeto de legislação, a fim de se implantar no País um modelo democrático de comunicação. São alguns desses pontos que passamos a enumerar:

Participação da Sociedade na Definição de Políticas — Sob qualquer aspecto, a comunicação é uma atividade de fundamental importância na sociedade. Ela é um elemento de poder político, na medida em que mobiliza, articula, forma opiniões influenciando o jogo político. Na Itália, os partidos políticos sempre foram um elemento de peso no controle do Estado por possuírem estruturas de base que funcionam com ampla participação dos cidadãos. Com a expansão da televisão, esta roubou o tempo antes dedicado aos comitês partidários enraizados nas comunidades e os substituiu como canais de informação e de interpretação da política. No Brasil, o Governo saltou por cima dos partidos políticos ao utilizar a televisão como instrumento de mobilização e apoio para o Plano Cruzado. Na esfera econômica, a comunicação é hoje uma atividade vital, devido à importância do setor produtivo que se chama de "indústria do conhecimento". A comunicação não somente é em si uma importante atividade econômica, como também é através de suas mensagens publicitárias que o circuito produção-consumo se realiza. O fundamento disto é de que não basta produzir, nem ainda efetuar o transporte físico de mercadorias até o consumidor; é preciso também que ele seja informado da existência da mercadoria e persuadido a consumi-la, papel desempenhado pela publicidade. Do ponto de vista cultural, a comunicação roubou de instituições como a escola,

a família e a Igreja a hegemonia como matriz de formação de valores, crenças e percepções.

É preciso, pois, que todos os setores representativos da sociedade possam participar da definição das políticas de comunicação. Um avanço neste sentido foi alcançado na Lei de Informática, com a transferência das responsabilidades de aprovar e elaborar a política nacional de informática do Conselho de Segurança Nacional para o Congresso e para o CONIN — Conselho Nacional de Informática. É necessário aperfeiçoar a idéia do CONIN e transplantá-la para a comunicação social, criando-se um Conselho Nacional de Comunicação com maioria de membros da sociedade civil e de trabalhadores, uma vez que estes formam a maior parte da população. Caberia ao Conselho Nacional de Comunicação definir e fiscalizar a política nacional de comunicação. Um capítulo importante dessa política é o das NTC cuja regulamentação deve ser feita a partir de respostas a perguntas fundamentais: *quem* deve controlá-las? *Para* *quê* devem ser utilizadas? *Onde, como e quando* introduzi-las?

A Forma de Gestão — A idéia de comunicação democrática é incompatível com o seu controle pelo Estado ou por empresas comerciais. O fundamento desta incompatibilidade é o mesmo que leva à criação, pela sociedade, de instituições independentes para a aplicação da justiça. A comunicação se reserva o papel de informar e criticar de um ponto de vista público o comportamento de pessoas e instituições e isto não é possível quando o Estado ou o poder econômico a controlam. A informação é um bem social e não mercadoria ou instrumento de propaganda a serviço do governante de plantão. Daí que seu controle deve ser feito por entidades representativas da sociedade operando sem fins lucrativos, sob a forma de associações civis ou fundações. A possibilidade de aplicação deste princípio deve ser pensada particularmente no que se refere às NTC. Tratando-se de tecnologias que apenas começam a ser introduzidas no Brasil, existe a possibilidade de definir para elas uma nova forma de gestão. E quanto à introdução de NTC em empresas de comunicação privado-comerciais ou de propriedade do Governo deve-se garantir que as decisões a este respeito sejam tomadas por comissões prioritárias de empregados e empregadores, como aliás já vem sendo reivindicado por sindicatos de jornalistas.

Soberania Nacional — De acordo com especialistas, as novas tecnologias derivadas da eletrônica e da informática estão criando uma nova divisão internacional do trabalho. Anteriormente países ricos e pobres se diferenciavam entre si pelo fato de os primeiros produzirem manufaturas e os segundos serem abastecedores de matéria-prima. Uma nova divisão tende a se estabelecer, agora, com duas categorias de países: os ricos, detentores dos conhecimentos científicos e tecnológicos, do saber, e os pobres, aos quais se reserva o fazer. É graças a sistemas de comunicação sofisticados que puderam se cons-

tituir as empresas transnacionais, cuja particularidade é o controle pelas matrizes dos processos tecnológicos empregados na fabricação de produtos industrializados e a disseminação pelos países periféricos das operações de fabricação, aproveitando-se das vantagens da proximidade da fonte de matérias-primas, da mão-de-obra abundante, sem repassar os segredos tecnológicos. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito às tecnologias de ponta derivadas da informática. Quando se observa o panorama internacional, nota-se que os recursos na área da informática estão concentrados em alguns centros de poder.

No caso brasileiro, Ivan da Costa Marques afirma termos uma situação de dependência. Nossa existência como nação e Estado, diz, estará ameaçada se forem cortados os canais pelos quais fluem os bens e serviços necessários à nossa sobrevivência, em matéria de habitação, transporte, alimentos, artes, cultura, saúde e educação. Tratando do sistema de processamento da informação, acentua que ele é cada vez mais complexo e abrangente, tendendo a ser cada vez mais o sistema nervoso das sociedades modernas na medida em que o uso dos computadores vai se generalizando rapidamente. Para ele, a informática tende a penetrar toda a teia de relações sociais e, dessa maneira, abdicar do controle do complexo da indústria da informação significará abdicar da soberania nacional (Marques, 1980). Esta é a questão que está em jogo no centro das pressões norte-americanas pela mudança da Lei de Informática, que institui a reserva de mercado para empresas nacionais na área dos micro e minicomputadores. A Constituinte deverá, pois, assegurar a autonomia nacional nos setores da informática e da eletrônica, o que pressupõe a capacidade própria de geração e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Direito ao Emprego e aos Benefícios das NTC — A automação em qualquer setor de atividade é geradora de desemprego. Em algumas áreas da comunicação social o processo de desenvolvimento tecnológico é tão acelerado que se torna difícil acompanhá-lo. Rubens Furtado, Diretor de Programação da Rede Manchete de Televisão, expressa numa frase esta velocidade ao dizer que “a novidade tecnológica deste ano na televisão é freqüentemente uma tecnologia arcaica no ano seguinte”. O uso das NTC na televisão elimina mão-de-obra, por exemplo, no terreno da dramaturgia. Aí a utilização de computadores no sistema de produção de telenovelas permite reduzir os contratos de trabalho de um artista de um ano para um mês, ao tornar possível concentrar nesse período a produção de todas as cenas em que o artista intervém. Graças à automação é hoje possível uma emissora de rádio operar com uma única pessoa controlando de casa o seu funcionamento. Num país como o Brasil, onde o problema do desemprego é particularmente grave, isto terá de ser levado em conta pela Constituinte. A legislação deverá dar garantia



de emprego ao trabalhador ameaçado pelas NTC; deve assegurar-lhe o direito à reciclagem profissional necessária ao manejo de novos processos e equipamentos tecnológicos, deve ainda garantir-lhe a opção entre trabalhar com as NTC ou pelos processos tradicionais. Estes direitos já estão consagrados nas legislações ou em acordos sindicais em alguns países e a luta por eles é recomendada pela Federação Internacional de Jornalistas.

Caberá ainda à Constituinte tratar da relação entre as NTC e a produtividade. Aqui a questão que se coloca é de assegurar à sociedade em geral e às diversas categorias profissionais (no caso estamos tratando dos trabalhadores em comunicação) os benefícios advindos do aumento de produtividade pelo emprego de novas tecnologias.

Redefinição do Campo de Trabalho do Consumidor — Nota-se um aumento do número de profissões que manejam a informação. Também aparecem novos meios de informação como o videotexto, já operando em escala comercial em várias cidades brasileiras; os bancos de dados, diversos deles em funcionamento; o teletexto, etc. Estas mudanças modificam o contexto da comunicação e o trabalho dos comunicadores sociais. Se estes desejam ampliar suas funções e fortalecer seu papel é necessário que redefinam os limites de sua atuação.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, José Salomão. "A Transição Política e a Democratização da Comunicação: Alternativas para a Ação de um Governo Democrático". Brasília, CEC — Centro de Estudos da Comunicação e Cultura, 1984.
- COMUNICAÇÃO E TRANSIÇÃO NO BRASIL: Propostas de Mudanças de Políticas de Comunicação — Estado, Cidadania e Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, vol. 1, nº 1, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ENCONTRO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Resolução sobre "A Comunicação na Constituinte". Brasília, 1986, 17-21 de abril.
- FUENZALLIDA, Valério. "Tecnología, Comunicación y Democracia". *Seminario sobre Democracia y Comunicación en América y Europa Latinas*. Barcelona, setembro de 1982, mimeo.
- GUBERN, Roman. "Condicionamientos Políticos y Estructurales de la Libertad de Expresión" — *I Foro Internacional de la Comunicación Social*, Lima, 7-11 de julho de 1982, mimeo.
- MARQUES, Ivan da Costa. Computadores: Parte de um caso amplo da sobrevivência e da Soberania Nacional, *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, outubro/dezembro de 1980.
- NUNES, Arthur Pereira. "Constituinte e Informática". Brasília, 1985, p. 1, mimeo.
- PELINSKI, Marike. "Poder y Control en los Discursos sobre las Nuevas Tecnologías de Comunicación", mimeo.
- TOFFLER, Alvim. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro, Record, 1984, capítulo XIII.

## RESUMO

### NOVAS TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E CONSTITUINTE

A importância da difusão de novas tecnologias de comunicação não poderá ser ignorada na próxima Constituição. O propósito deste trabalho é analisar alguns dos desafios colocados pelas NTC (Novas Tecnologias de Comunicação) à criação de um sistema de comunicação social democrático e de sugerir tópicos e medidas que deverão ser objeto de atenção na Constituinte, no propósito de garantir em nível legal a democratização da comunicação social.

Após uma constatação dos aspectos antidemocráticos atuais da comunicação, o autor examina as exigências de uma comunicação democrática no que concerne a audiovisual e a imprensa e, em conclusão, propõe os temas que devem ser objeto de legislação para um modelo democrático de comunicação.

## ABSTRACT

### NEW COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND THE CONSTITUTIONAL ASSEMBLY

The importance of new technologies in mass communications cannot be ignored in the new Brazilian Constitution. This study proposes to analyse some of the challenges posed by these new technologies to the construction of a democratic system of social communication and to suggest some topics and legislative measures which should merit attention in the new constitution in order to ensure, at the legal level, the democratization of mass communication.

Having examined the un-democratic aspects of the present system of communication in Brazil, the author then analyses the needs of a democratic system and, in conclusion, proposes some themes which should be contemplated in a new democratic model for communication legislation.

## RESUME

### LES NOUVELLES TECHNOLOGIES DE COMMUNICATION ET L'ASSEMBLEE CONSTITUTIONNELLE

L'importance de la diffusion des nouvelles techniques de communication sociale ne peut pas être ignorée dans la prochaine constitution brésilienne. L'objectif de cet article est d'analyser quelques uns des défis posés par les NTC (Nouvelles technologies de communication) à la construction d'un système démocratique de communication sociale e de suggérer des thèmes et des mesures législatives qui doivent mériter l'attention de la nouvelle constitution dans le sens d'assurer, au niveau légal, la démocratisation de la communication.

Après avoir examiné les aspects anti-démocratiques actuels de la communication au Brésil, l'auteur analyse les exigences d'une communication démocratique dans d'audio-visuel et la presse écrite et propose, en conclusion, les thèmes qui doivent faire objet d'une nouvelle législation orientée vers un modèle démocratique de communication sociale.